

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Centro Social Paroquial de Calvão.
Sede — freguesia de Calvão, concelho de Vagos, Aveiro.

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220978

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 67/06, a fl. 74 v.º no livro n.º 11 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 29 de Março de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — AAIDA — Associação de Apoio a Idosos e Dependentes de Aqualva.

Sede — Rua de José Afonso, 35, 1.º, direito, Aqualva — Cacém.

Os objectivos e a admissão dos associados constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 78, de 20 de Abril de 2006.

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados: os que pedirem a sua exoneração; os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses e os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 11.º

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220979

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 79/02, a fl. 96 do livro n.º 9 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 21 de Novembro de 2005, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — ÂNCORA — Associação Centro Comunitário Santa Luzia.

Sede — Rua da Âncora, Bairro Social, vila e freguesia de Santa Luzia, Tavira.

Fins — a criação de um centro de dia, *atelier* de tempos livres para crianças e jovens de apoio à infância e juventude e serviços de acolhimento temporário a crianças e jovens.

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220981

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 53/02, a fls. 78 e 78 v.º do livro n.º 9 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 17 de Março de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — O Castelo de Sonhos (Associação).
Sede — Rua de Cândido dos Reis, Centro Comercial «Arcadas» — Silves.

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220982

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 66/06, a fl. 74 no livro n.º 11 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 19 de Maio de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Grupo Social Recreativo Cultural e Desportivo de Favaios.

Sede — Favaios.

Os objectivos e as condições de admissão e exclusão dos associados constam do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 218, de 19 de Setembro de 1996.

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220983

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, aplicável por força da Portaria n.º 466/86, de 25 de Agosto, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da associação abaixo identificada, instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 10/06, a fls. 50 v.º e 51 do livro n.º 2 das instituições com fins de saúde, e considera-se efectuado em 23 de Maio de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Paróquia de Queijas.

Sede — Rua das Escolas, Queijas, Oeiras.

Fins — a protecção de vidas humanas, através da dádiva voluntária, benévola e anónima de sangue que, com fins terapêuticos, se destina a todos os doentes da comunidade, seja qual for a sua nacionalidade, raça, credo político ou religioso, condição social e económica.

Admissão de sócios — podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas colectivas.

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associado: os que pedirem a sua exoneração; os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses e os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 11.º

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220984

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 68/06, a fl. 75 v.º no livro n.º 11 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuada em 8 de Junho de 2004, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Centro Social e Cultural de Gebelim.

Sede — freguesia de Gebelim, Alfândega da Fé.

Fins — o desenvolvimento de actividades de carácter social, nomeadamente apoio a idosos, crianças e jovens mais vulneráveis, bem como às suas famílias, promovendo a sua integração social e comunitária.

Admissão de sócios — podem ser associados quaisquer pessoas singulares ou colectivas, que estejam de acordo com os fins da Associação.

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados os sócios que não cumprirem os preceitos contidos no artigo 9.º

21 de Novembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000220985

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social de Leiria

Alvará n.º 14-LR/2006

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o presente alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento Creche e ATL, sito na Rua Central, 2772, Alfaiatas, freguesia de Colmeias, concelho e distrito de Leiria, propriedade de Cristina Maria Ferreira Menino Chambino.

As actividades e respectiva lotação máxima autorizadas são, nos termos do Despacho Normativo n.º 99/89, de 27 de Outubro, e do Despacho Normativo n.º 96/89, de 21 de Outubro, as seguintes:

Actividade — creche;

Lotação máxima — 31 crianças, sendo 6 até à idade da aquisição da marcha;

Actividade — centro de actividades de tempos livres;

Lotação máxima — 39 crianças em simultâneo.

3 de Novembro de 2006. — O Director, *Fernando Gonçalves*. 3000219275

Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa

Alvará n.º 12/2006

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o presente alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento denominado Lar Maria Deolinda, sito na Rua de Castilho, 61, 4.º, direito, freguesia de São Mamede, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, propriedade de Maria Deolinda de Jesus Henriques, requerente Maria Deolinda de Jesus Henriques.

As actividades e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — lar de idosos.

Lotação máxima — 12 utentes.

5 de Julho de 2006. — A Directora, *Rosa Maria Teixeira Pimenta Araújo*. 3000220816

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Caixa de Previdência do Ministério da Educação

Aviso

Assembleia geral ordinária

Convocação de sessão eleitoral

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º e da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35 781,

de 5 de Agosto de 1946, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho, convoco os associados para reunirem em assembleia geral ordinária eleitoral, da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, a realizar no dia 19 de Dezembro de 2006 (terça-feira), com início às 9 horas e termo às 19 horas, na sede da Caixa — Praça de D. Pedro IV, 45, 4.º, e com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição dos órgãos sociais para o triénio de 2007/2009.

De acordo com as disposições estatutárias, o período de apresentação de candidaturas decorreu de 1 a 31 de Outubro próximo passado, as quais se encontram afixadas na sede da Caixa.

Nos termos do n.º 3 do artigo 16.º dos Estatutos é permitido o voto por representação até ao limite de três mandantes por representante, mediante carta dirigida ao presidente da mesa, até à véspera da realização da assembleia, com a assinatura reconhecida pelo notário ou pelo superior hierárquico, sendo funcionário público.

O primeiro nome da lista para o conselho de administração mais votada será proposto para nomeação como presidente do conselho de administração, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º dos Estatutos e a votação efectuar-se-á em bloco, relativamente a cada uma das listas.

Só poderão participar na assembleia geral os associados que se encontrem nas condições exigidas pelos artigos 14.º e 15.º dos Estatutos.

14 de Novembro de 2006. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Secretário-Geral do Ministério da Educação, *João S. Batista*. 3000220867

Éditos

Em conformidade com o artigo 11.º-A dos estatutos desta Caixa, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho, se declara que, para habilitação edital ao subsídio de 470,44 euros, constituído por Maria Amélia Costa Marques, sócia desta Caixa n.º 7671, falecida em 28 de Março de 2006 e legado a Francisco Costa Marques, desconhecendo-se o seu paradeiro, correm éditos de 30 dias a contar data da publicação deste anúncio no *Diário da República*, citando o beneficiário referido ou, em caso de falecimento deste, os seus representantes sucessórios ou, não os havendo, outros herdeiros da sócia, a deduzirem a sua habilitação naquele prazo, a fim de, apreciados os direitos invocados, se decidir sobre o seu pagamento.

20 de Outubro de 2006. — O Administrador-Delegado, *José António Coelho Antunes*. 3000219055

TRIBUNAIS

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA

Anúncio

Processo n.º 2407/06.0TBAGD.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Requerente — Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A., com sede na Avenida de 5 de Outubro, 175, 12.º, Lisboa.

Devedor — Carlos Alberto da Silva Ferreira, residente na Urbanização da Alagoa, lote 30, Alagoa, Águeda.

No Tribunal da Comarca de Águeda, 2.º Juízo de Águeda, no dia 15 de Novembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Carlos Alberto da Silva Ferreira, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 126604398, bilhete de identidade n.º 3009135, com endereço na Urbanização da Alagoa, lote 30, Alagoa, 3750 Águeda, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Ana Maria de Andrade e Silva Amaro, com endereço na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, Edifício 15, 3.º, G, Aveiro, 3800-164 Aveiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.